

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**GABRIELA MONTEIRO NOVA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PROCRASTINAÇÃO NO  
DESENVOLVIMENTO ESCOLAR**

**RIO DE JANEIRO**

**2023**

GABRIELA MONTEIRO NOVA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PROCRASTINAÇÃO NO  
DESENVOLVIMENTO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Licencianda em Pedagogia.

**Orientador:** Reuber Gerbassi Scofano

**RIO DE JANEIRO**

**2023**

GABRIELA MONTEIRO NOVA DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A PROCRASTINAÇÃO NO  
DESENVOLVIMENTO ESCOLAR**

**Aprovação em:** 30/05/2023

**BANCA EXAMINADORA**

Reuber Gerbassi Scofano

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Presidente da Banca

André Penna Firme

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro da Banca

Andre de Barros Borges

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Membro da Banca

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus e aos orixás pela força e sabedoria em cada momento em que pensei em desistir.

Agradeço ao meu professor orientador por cada palavra de apoio e sua sabedoria compartilhada.

E por fim agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente me deram força nessa trajetória acadêmica.

## EPÍGRAFE

"Educação não transforma o mundo.  
Educação muda as pessoas.  
Pessoas mudam o mundo."  
(Paulo Freire)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria Jurandi Nova da Silva que não está mais neste plano, mas participou desse sonho. E está presente sempre em meu coração e pensamento.

## RESUMO

O sistema educacional, não vem conseguindo manter seu alunado, comprometendo desse modo o ideal da democratização escolar. Dados estatísticos corroboram essa afirmação e deveriam servir de alerta a sociedade, pois eles denotam uma grande quantidade de alunos evadidos. Tais índices podem ser notados principalmente nas séries iniciais de 1º grau repercutindo nas séries seguintes. O presente trabalho utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa através de um levantamento bibliográfico. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como a compreensão da valorização dos profissionais da educação e a infraestrutura pode auxiliar no processo de finalidade educacional na melhoria da qualidade do ensino EJA. Conclui-se que deve existir para que aconteça essa mudança de olhar, não só das professoras, onde me incluo enquanto educadora, mas do meu olhar, em particular, enquanto pedagoga. Também é preciso entender que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos não é a alfabetização, mas a construção de conceitos e o desenvolvimento de habilidades, sendo o movimento um dos principais meios para o processo de ensino aprendizagem no EJA.

**Palavras-chave:** Aprendizagem no Desenvolvimento Escolar, Educação de Jovens e Adultos, Finalidades Educativas.

## **ABSTRACT**

The educational system has not been able to keep its students, thus compromising the ideal of school democratization. Statistical data corroborate this statement and should serve as a warning to society, as they denote a large number of dropouts. Such indices can be noticed mainly in the initial grades of 1st grade, having repercussions in the following grades. The present work uses as methodology the qualitative research through a bibliographic survey. The present work has the general objective to analyze how understanding the appreciation of education professionals and infrastructure can help in the process of educational purpose in improving the quality of EJA teaching. It is concluded that it must exist for this change of look to happen, not only of the teachers, where I include myself as an educator, but of my look, in particular, as a pedagogue. It is also necessary to understand that the objective of Youth and Adult Education is not literacy, but the construction of concepts and the development of skills, with movement being one of the main means for the teaching-learning process in EJA.

**Keywords:** Learning in School Development, Youth and Adult Education, Educational Purposes.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>	<b>14</b>
<b>3 A FINALIDADE EDUCATIVA ESCOLAR NO ESTUDO E PROCRASTINAÇÃO</b>	<b>20</b>
3.1 OS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM REFERÊNCIAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS	<b>22</b>
<b>4 O SENTIDO DE PLANEJAMENTO DA ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EJA</b>	<b>25</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é uma importante modalidade da educação básica brasileira. Entretanto, ela possui alguns desafios, entre eles as causas que dificultam o término do ensino básico, que serão apresentados no decorrer deste artigo. Essa modalidade tem o objetivo de recuperar o tempo perdido em relação à educação básica. Apesar de existirem registros desta modalidade de ensino desde a época dos jesuítas, houve muitos impasses, ao longo da história, até que ela chegasse ao que se vê atualmente.

A discussão sobre as finalidades educativas escolares do EJA (Educação de Jovens e Adultos), é um tema que tem sido recentemente debatido e que necessita ser examinado. As finalidades são indicadores para quem elabora as políticas públicas e para quem participa, pois é através dela que podemos conhecer e reconhecer que escola nós queremos. Para que serve a escola? Ao mesmo tempo é ela que vai definir o tipo de gestão, de educação e que formação se deseja alcançar, determinando o currículo e por fim definindo as práticas pedagógicas que interferem diretamente no chão da escola, no que se produz ou se reproduz nas salas de aula das escolas públicas do país.

Neste sentido que, em relação à sala de aula, o planejamento possui o papel de orientar as atividades realizadas pelo professor, porém, este planejamento precisa ser flexível, onde ele sofrerá as modificações de acordo com as necessidades e realidade do aluno, bem como favorece ao professor uma autoavaliação acerca de suas práticas de ensino. Em continuidade, quando o professor busca planejar suas ações, deve considerar cada ambiente escolar, independentemente se o ambiente educacional é o mesmo, considerando a realidade individualizada de cada aluno com compromisso e responsabilidade, possibilitando maior qualidade ao processo de ensino aprendizagem.

Por isso é academicamente e socialmente relevante estudar e analisar esse tema porque ele vai contribuir especialmente para que possamos compreender a condução e os caminhos que as políticas educacionais vêm seguindo, conduzindo e regulando a educação do país.

Se faz necessário entendermos para onde queremos levar a nossa escola pública: para uma formação tecnicista e reprodutivista que atenda apenas aos interesses econômicos que demonstra propensões de uma escola para manutenção

e controle social ou em uma educação com formação voltada para humanização e formação integral dos sujeitos. Nesse contexto, as finalidades são reveladoras dos caminhos que a escola vai seguir, pois ela estará presente e definirá as políticas públicas escolares.

Para compreender o que são as finalidades educativas, os autores Libâneo (2018) trazem a importância de diferenciarmos os fundamentos de finalidades como os objetivos, metas e padrões. As metas vão sugerir a direção de que as finalidades permitem então determinar aquilo para que agimos e vivemos, isto é, o que tomamos como a realização da existência a ser alcançada. Elas condicionam igualmente a ação presente e futura porque elas constituem a verdadeira razão de ser de nossas escolhas, a fonte primeira das motivações de toda vida ativa.

A ideologia conquista sua reprodução sobre comportamentos através da manipulação do Estado que faz com que a escola trabalhe a serviço do poder e dessa forma o sistema escolar começa a traduzir essas ideologias. O Estado utiliza de discursos ideológicos em que a legitimação se torna absoluta e indiscutível inviabilizando sua averiguação. Dessa forma as finalidades educativas expressam as ideologias educacionais revelando o projeto de sociedade que está se construindo.

A escola hoje é vista como uma necessidade pois é um espaço democrático que deve cumprir o papel de formar pessoas críticas e autônomas, dessa forma no contexto social atual ainda é preciso indagar quais são as finalidades educativas escolares e quais as melhorias podem ser aplicadas. Nesse sentido o problema da pesquisa é: Como o planejamento e organização escolar pode ajudar na melhoria das finalidades educativas escolares na Educação de Jovens e Adultos?

Como destaca Libâneo (2018, p. 124), “porque, da mesma forma, a finalidade primeira de todo sistema de educação concebido no contexto de um Estado-nação democrático é formar seres humanos emancipados, iguais, livres.”. Considerando a importância da formação de sujeitos humanizados como finalidade fundamental, temos a evidência de que essa temática é importante porque são as finalidades que determinam os caminhos formativos, normativos e que implicam nos currículos, na gestão, na avaliação e nas práticas pedagógicas.

O objetivo das políticas públicas é atingido quando se abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender às necessidades de aprendizagem. Para isso, deve analisar o Projeto Político-Pedagógico, sobretudo quais as suas propostas de

ensino e o que é valorizado como aprendizagem. Desta forma, o fazer o professor se transforma podendo se tornar uma ferramenta poderosa no auxílio de aprendizagem para o EJA. A partir desse contexto, as contribuições das políticas públicas passam a ser mais necessárias e socializadas. Assim, historicamente, a intervenção psicopedagógica vem ocorrendo na assistência aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem diante do baixo desempenho escolar.

O contexto social, as disputas entre projetos de escola e educação determinam finalidades que nem sempre contemplam as reais necessidades do público da escola pública e se expressa nos documentos oficiais que norteiam e conduzem a educação e a escola. Se compreendermos quais são as finalidades educativas poderemos então saber quais são as referências de qualidades dessa educação pois uma está ligada a outra. Essa qualidade é construída socialmente e deve ser entendida a partir de condições culturais, históricas e de classe ou grupo. Mas o que acontece é que ao longo da história esse conceito de qualidade se mostra de acordo com o contexto político.

Pesquisadores como Libâneo e Freitas (2018) demonstram que pesquisar e conhecer as políticas educacionais é fundamental para entendermos as finalidades e o objetivos educacionais pois, são eles que vão nortear o ensino, dando as orientações sobre todo o funcionamento escolar, que vai da gestão até o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores.

A hipótese trabalhada foi a de que a escola é uma instituição social e são as políticas sociais que evidenciam e que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Nessa perspectiva, o interesse por este tema deve-se ao fato de que ele favorece a inclusão de cidadãos que muitas vezes perdem oportunidades por falta de diploma, ou que sofrem preconceito por não serem alfabetizados. Assim, a principal motivação é referente ao conhecimento de como aliviar o problema de defasagem escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, busca-se o entendimento deste fenômeno, bem como se pretende dar visibilidade à questão dos impasses para a conclusão da EJA.

O presente trabalho utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa através de um levantamento bibliográfico. Segundo Severino (2017), uma vantagem da

pesquisa qualitativa é utilizar “dados que ocorrem naturalmente para encontrar sequências em que os significados dos participantes são exibidos e, assim, estabelecer o caráter de algum fenômeno”.

A abordagem qualitativa está mais voltada para as áreas sociais e humanas porque ela não se prende em dados mensuráveis. Assim ela defende o entendimento de questões relacionadas à qualidade dos fenômenos buscando compreendê-los em sua totalidade levando em consideração os elementos que os compõem como os fatos históricos, econômicos, socioculturais e a contextualização desses elementos em determinado tempo histórico.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar como compreensão da valorização dos profissionais da educação e a infraestrutura pode auxiliar no processo de finalidade educacional na melhoria da qualidade do ensino EJA e como objetivos específicos: demonstrar a educação de jovens e adultos; demonstrar a finalidade educativas escolar na educação de jovens e adultos; verificar o sentido de planejamento da escola no estudo e procrastinação.

## 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No ano de 1940 iniciaram campanhas nacionais voltadas para adultos, um pouco mais tarde (1947) foi criado o serviço nacional da educação de adultos (SNEA) e a campanha nacional de educação de adolescentes e adultos. Desde então foram criadas várias campanhas para erradicação do analfabetismo, até o golpe militar sofrido em 1964, que destruiu tudo o que já havia sido conquistado até então.

Após o golpe militar, foi criado o MOBRAL que tinha o objetivo mais técnico. Em 1996, foi promulgada a lei n 9.394/96, a nova lei de diretrizes e bases (LDB) que reafirma a necessidade de uma EJA gratuita, que garanta o acesso e a permanência dos jovens e adultos nas escolas públicas. Nesse sentido, o documento legal Brasil (1946, p. 17), afirma que:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VI – Oferta de ensino noturno regular, adequado às necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VII – Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

No decreto no 5.478 de 24 de junho de 2005, foi lançado o programa de integração da educação profissional ao ensino médio na modalidade EJA, visando o aperfeiçoamento profissional. Assim, foi visto que a EJA sofreu diversas transformações ao longo dos anos no Brasil, e ainda vai passar por muitas outras. Em tempos de pandemia, por exemplo, as escolas que ofertam essa modalidade de ensino tiveram que se adaptar e trazer formas inovadoras, para que não houvesse ou diminuísse os casos de evasão. Para tanto, tiveram de superar os desafios e demonstrar que é possível proporcionar um ensino de qualidade aos adultos e jovens brasileiros.

A EJA geralmente sofre a questão de evasão por parte dos estudantes e as questões que estão por trás disso são muitas vezes desconhecidos e irrelevantes

para as instituições, então a busca por conceitos e teorias embasadas podem contribuir para que se entenda e amenizar tal problema, observando a rotina de alunos matriculados na EJA e os motivos que causam a evasão. Dalben (2010, p. 52), os quais enfatizam que:

na educação de jovens e adultos, predominam grupos que vivem, simultaneamente, em situação de exploração econômico-social e de discriminação cultural-valorativa, isto é, grupos que, em seu cotidiano, enfrentam diversas formas de injustiça, sendo que cada uma destas adquire características específicas relacionadas à estrutura da sociedade.

A educação de jovens e adultos é amparada pela lei artigo 37 da LDB, que deixa bem claro: "Art. 37. "A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria" É dentro desse foco, esclarece o potencial de educação inclusiva e gratificante que é a EJA. De 1947 até chegar nos anos de 1990 a educação de jovens e adultos passou por muitas transformações /reformas boas e ruins, caracterizando a LDB como uma referência nessa vitória que beneficia milhões de jovens e adultos no país.

De acordo com de Paula (2010) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, apresenta-se como Marco. Essa lei extinguiu a expressão ensino supletivo e legitimou a Educação de Jovens e Adultos. Além do mais, caracterizou-a como modalidade de educação básica nas suas etapas fundamental e média. Com base ainda na lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art 37:

1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (parágrafo incluído pela Lei no.11.741 de 16/07/2008).

Segundo Silva (2019, p. 22):

Antes de se tornar política de direito, a EJA era vista como medida compensatória, como um supletivo em que o título de formação na

educação básica era o mais importante, em detrimento do processo e da qualidade do ensino, desprezando experiências educativas que tiveram ao longo da vida e em espaços não escolares.

Se forcamos ainda nesses alunos, Silva (2019, p. 21), diz que encontraremos uma grande heterogeneidade, abrangendo desde homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, negros e brancos, a empregados ou desempregados e pessoas em busca do primeiro emprego. Em sua maioria buscam essa escolaridade como possibilidade de melhoria de sua condição socioeconômica e cultural.

Na seção I, artigo 26, parágrafo 3º da LDB, está o único amparo para os professores de Educação Física: “a Educação Física, integrada à proposta da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996).

Nesse trecho a LDB deixa explícito que não a obrigatoriedade, e só então com a brecha da Lei 10.328, de 12 de dezembro de 2001, a palavra “obrigatório” é inserida após a expressão “componente curricular”. Assim, na redação do artigo consta que: “a Educação Física, integrada à proposta da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica (BRASIL, 2001).

Por tanto, o que era, não era, passou a setor essencial para conversão dessa modalidade de ensino, beneficiando os discentes do EJA e trazendo uma nova prática priorizando o bem-estar dentro do ensino EJA. Continuando por esse pensamento da criação de novos indivíduos contribuintes com a sociedade, Freire (1996, p. 40) aponta também que:

A educação como prática de liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

Ler e escrever é uma condição essencial para que se viva na sociedade e tenha-se conquistado a tão falada “humanização” que é desejada pelos analfabetos, que vivem na pele cada expressão de preconceito e carrega na alma as cicatrizes da exclusão sofrida. A Educação de Jovens e Adultos sem dúvidas é bastante importante para quem procura novas possibilidades e melhorias, e não teve a oportunidade de concluir essa etapa no tempo certo.



Segundo Gomes (2016), atribui-se à EJA estas três funções: “a reparadora, quando é oferecida uma escola de qualidade; função equalizadora, quando permite ao indivíduo sua entrada no sistema educacional; e função qualificadora, quando propicia novos conhecimentos”

Segundo Freire (1996, p. 17):

Na medida em que nos tornamos capazes de transformar o mundo, de dar nome às causas, de perceber, de interagir, de decidir, de escolher de valora, de finalmente, eticizar o mundo, o nosso mover-nos nele e na história vem envolvendo necessariamente sonhos por cuja realização nos batemos. Daí então, que a nossa presença no mundo, implicando escolha e decisão, não seja uma presença neutra. A capacidade de observar, de comparar, de avaliar para, decidindo, escolher, com o que, intervindo na vida da cidade, exercemos nossa cidadania, se erige então como uma competência fundamental.

Com base nessas informações colhidas ao longo desse trabalho, pode-se pressupor que a EJA tendo como finalidade suprir as necessidades do seu aluno, suas vivências, suas contribuições com a sociedade, rever conceitos de identificação de autoconhecimento. Fica evidente a contribuição dos autores citados para a construção desse novo indivíduo que está em busca de liberdade, da independência de viver socialmente, poder ir e vir, ter a valorização procurada para o mercado de trabalho, conquistando assim novas possibilidades que enfatizam crescimento pessoal, social e profissional dos cidadãos resultantes dos benefícios que a EJA transfere para a vida, é mais uma oportunidade de crescimento encontrado para qualificação.

Todavia, nota-se que as funções previstas para a modalidade não têm sido efetivadas, ou seja, o fraco desempenho na escola e o seu posterior abandono são consequências diretamente associadas às características da sua clientela que em sua maioria é oriunda das camadas populares, com condições concretas de vida e problemas socioculturais que interferem no seu rendimento. A implementação do Estado de Direito foi responsável por inserir a instituição de cartas definidoras de direitos políticos, direito à liberdade e garantias individuais em diversos países, o direito à educação é definido como uma garantia individual capaz de proporcionar ao homem sua real cidadania.

A cidadania assegura ao ser humano expressar melhor sua opinião, escolher seus governantes, buscar seus direitos, evitando assim, que o indivíduo seja um

mero instrumento de manipulação aos interesses das classes economicamente dominantes. Como bem estabelece a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 2055, como as três maiores finalidades da educação: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (NEGREIROS, 2018).

Era necessário implementar mudanças nas tradições, nos valores e nos hábitos, numa população em que a escola não fazia parte da sua perspectiva normal de vida, nem integrava sua tradição cultural e ao mesmo vencer a resistência das elites tradicionais que se negavam a estender a cidadania a escravos e ex - escravos e, portanto, a dificuldade em aceitar e promover o ideal da escolarização universal como fundamento das políticas públicas.

Da mesma forma, nas regiões mais tradicionais do Brasil, a ausência de um processo de industrialização determina que a escolarização não seja uma exigência para o acesso ao mercado de trabalho urbano, nem instrumento de mobilidade social, a não ser para as camadas privilegiadas da população. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tem passado por diferentes realidades ao longo dos tempos. Somente em 1930 a educação básica para adultos começou a se firmar em proposta na educação do Brasil, o sistema de educação começa a se estabelecer com o apoio do governo federal, que organizava as diretrizes educacionais para todo País, contribuindo para uma melhor educação e facilitando o ingresso de cidadãos para usufruir de uma educação de qualidade.

Contudo, relatam o desejo de progredirem, reconhecem que para atingirem seus objetivos terão que empreender esforços neste sentido. Suas condições de pobreza, entretanto, não permitem que atinjam seus sonhos até o momento. Isso nem sempre foi assim. Durante muito tempo a escola esteve reservada a uma pequena minoria, aos filhos das pessoas que tinham posses, aos filhos dos doutores que estudavam para se tornar, eles também, doutores. A grande maioria dos filhos de operários e agricultores não tinha praticamente qualquer oportunidade de estudar e ficava condenada ao analfabetismo (ANDRADE, 2016).

A grande esperança de todos os que lutaram pela escola obrigatória e gratuita é que com um ponto de partida igual para todos e com um mesmo percurso a ser percorrido por todos esses 8 anos do ensino básico ricos e pobres, gente da cidade e do campo, meninos e meninas teriam agora oportunidades iguais de sucesso. O sucesso nos estudos passaria a depender, exclusivamente, da inteligência, esforço

e perseverança de cada um. Em outras palavras, o degrau a que cada aluno chegaria na escada da escola não dependeria de privilégios ou de dinheiro de sua família, mas sim de seus próprios talentos e méritos.

O sistema educacional, não vem conseguindo manter seu alunado, comprometendo desse modo o ideal da democratização escolar. Dados estatísticos corroboram essa afirmação e deveriam servir de alerta a sociedade, pois os mesmos denotam uma grande quantidade de alunos evadidos. Tais índices podem ser notados principalmente nas séries iniciais de 1º grau repercutindo nas séries seguintes.

A professora, na maioria das vezes, não é vista como uma pessoa amiga que está ali para ajudar, mas sim como aquela pessoa que sabe o que eles não sabem, que fala enquanto eles têm que ficar quietos, que fala bonito e diz que eles falam errado, que castiga quando eles se comportam mal e que quando eles não conseguem aprender o que tem que ser aprendido. Eles têm medo dela e, para se defender, se fecham em si mesmos ou tornam-se agressivos e indisciplinados. Tudo aquilo que eles sabem de experiência própria e bem vivida não é levado em conta na escola. A professora corrige sua maneira de falar, seus modos, sua maneira de vestir e, às vezes, diz abertamente que eles são incapazes de aprender e que não adianta perder tempo porque, de qualquer jeito, eles vão ser reprovados.

Essa pedagogia da repetência, traz embutido um outro efeito perversamente devastador, pois destrói a autoestima dos Jovens e Adultos, fazendo com que este aluno carregue consigo o estigma do fracasso escolar pela vida afora; funcionando como agente punitivo e selecionador. Mas o papel fundamental da escola não é o de selecionar, mas sim o de ensinar. Nota-se, dessa maneira, no sistema escolar, uma distância muito grande dos objetivos reais de um ensino adequado. O sistema caótico de avaliação interna, através de vários níveis de primeira série e de avaliação externa arbitrária da primeira para a segunda série, se junta à seletividade do sistema em relação aos alunos repetentes.

E na verdade as classes de repetentes nunca desenvolvem uma metodologia própria para ajudar o estudante (quer seja pelo despreparo do professor, quer seja por falta de vontade político-pedagógica) que ali permanece saturado e impotente. O retardo verificado pelo setor psicopedagógico é altamente questionado uma vez que muitos dos alunos com problemas de aprendizagem assim o são por causa de um ensino inadequado às condições do aluno e não por questões de saúde mental.

### **3 A FINALIDADE EDUCATIVA ESCOLAR NO ESTUDO E PROCRASTINAÇÃO**

A finalidade educativa apresenta o conceito de aproximar-se de algo, tomar para si algo. Aprender é a necessidade que o sujeito apresenta para assimilar conhecimento, sendo esse assimilar conhecimento crucial na vida dos Jovens e Adultos, na maioria das vezes esses Jovens e Adultos aprendem de modo alegre e espontâneo. A finalidade educativa é um fenômeno complexo, multideterminado e se constitui como um ponto central do desenvolvimento de qualquer indivíduo na medida em que permite sua adaptação ao meio. Contudo, uma adaptação favorável somente é possível quando se tem as condições necessárias para adaptação ao meio. (BRANDÃO, 2017)

O processo de aprendizagem da EJA é complexo, pois envolve diversos aspectos cognitivos, emocionais e socioculturais, esse processo é desencadeado por motivos que ocorrem no interior do indivíduo. Diante desse processo não há como entender o processo de aprendizagem na sua totalidade, isso acontece devido às situações psicológicas, genéticas e culturais. Assim, deve ser usada práxis de aprendizagem a fim de melhor detona-la.

O processo de aprendizagem da EJA, propõe que na avaliação dos conteúdos deve-se prestar mais atenção na diferença entre as intenções e as regulações efetivas, porque há uma distância para ser considerada, que é a distância entre o que se quer fazer e o que realmente se faz.

O educador deve promover a finalidade educativa significativa, incentivando as habilidades de seus aprendizes e mostrando para cada um deles a sua verdadeira potencialidade. As dificuldades encontradas no percurso servirão para torná-los fortes e capazes de transformar o mundo em que vivem (DELORS, 2018).

Quando a área da educação se depara com problemas que deixam os Jovens e Adultos fora do chamado “contexto escolar”, devido ao problema de aprendizagem, é importante que todos os envolvidos no processo escolar estejam atentos às dificuldades no processo de aprendizagem. A relação social do aprendiz também tem sido analisada sob diversos aspectos, em termos de: papéis sociais, vínculos específicos (como relação entre irmãos, entre colegas de classe, com autoridades, de amizade, de gênero), conformidades com padrões culturais ou subculturas, experiência familiar, autoconceito, autocontrole, competitividade, suscetibilidade à influência social ou capacidade de influenciar o outro,

agressividade, traços de personalidade etc. A mistura entre aspectos do desempenho acadêmico e comportamento social está presente no próprio conceito de dificuldade na aprendizagem. (HADDAD, 2018)

O ambiente escolar deve ser um lugar que estimule e propicie condições que facilitem o crescimento, sem haver prejuízo ao meio social externo. E no momento em que surgir algum problema de aprendizagem com alguns jovens e adultos é importante que haja uma mobilização por parte da escola a fim de que solucionem a possível dificuldade. A escola deve esforçar-se para que a aprendizagem seja significativa para os jovens e adultos.

Segundo Libâneo (2018, p. 89):

O sujeito da aprendizagem se mostra pelo duplo movimento assimilação /acomodação e, ao mostrar como é o seu movimento de relação com o mundo, de equilíbrio ou desequilíbrio entre estes mecanismos, revela uma modalidade de aprendizagem e uma determinada forma de lidar com o objeto de conhecimento.

Cabe ao professor o papel de inserir na sociedade, cidadãos que sejam autônomos e competentes, sendo que o processo de construção do conhecimento passa pelas mais diversas etapas. Nesse sentido, Libâneo (2018, p. 52) ensina que as estratégias do professor é que conduzem a compreensão dos Jovens e Adultos:

O que importa, aqui, é o princípio: ao propor um assunto a ser aprendido, cabe ao professor organizar estratégias que permitam a manifestação das concepções prévias dos jovens e adultos a respeito do tema. A partir delas, o professor organiza suas estratégias para o ensino. É dessa forma que pode ser entendida a interação entre o sujeito (jovens e adultos), o objeto (objetos de conhecimento representados por conceitos e fatos) e o mediador (professor facilitador do processo de aprendizagem).

Essa subjetividade que entra em relacionamento no caso das classes iniciais é bem mais plástica do que nas séries mais adiantadas. Conta-se, ainda, com a possibilidade da criatividade e da implicação dos conteúdos ensinados na atividade mental de imaginação. Essa relação pode ser especialmente atraente para a troca de conhecimentos entre os participantes. E, para o professor, um momento privilegiado de intervenções estratégicas.

### 3.1 OS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM REFERÊNCIA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Ao longo da Educação Básica na Educação, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Entendendo que a BNCC é um documento norteador para a ação docente, consideramos necessária a investigação da presença da literatura nessa documentação, bem como a forma pela qual está disposta, pois também é ela que direciona os professores em suas práticas pedagógicas. Enfocamos isso por compactuarmos com a ideia de que a presença da literatura há muito está comprometida no ambiente escolar, assim, fazem-se urgentes orientações que norteiam o ensino dos professores em sua (da literatura) confirmação como componente formador dos alunos. Portanto, enfatizamos nesta investigação as *práticas artístico-literárias*, a fim de analisarmos até que ponto a literatura está presente e como ela se consolida enquanto prática educativa (COÊLHO, 2019).

A constatação acima se manifesta de forma insistente, o que tende a afastar cada vez mais o gosto dos alunos pela literatura e a destinando para um risco cada vez mais latente de seu desaparecimento em sala de aula. Amparando nossas inquietações quanto a não confirmação do trabalho com gênero literário na sala de aula de forma eficaz (HADDAD, 2018).

Recorremos ao que diz Zabala (2018, p. 71):

[...] a literatura, do modo como a estamos pensando (próxima, real, democratizada, efetivamente lida e discutida, visceral, aberta sujeita à crítica, à invenção, ao diálogo, ao pastiche, à leitura irônica e bem-humorada, à paródia, à contextualização individual e histórica [...], inserida num mundo da vida e em conjunto com as práticas culturais e comunitárias, sem medo dos julgamentos) nunca esteve no centro da educação escolar.

A Base e os currículos são documentos com finalidades diferentes. Ela visa apresentar os conhecimentos fundamentais que se espera que o estudante aprenda em cada ano da Educação Básica. Já o currículo se configura como o percurso que cada instituição educacional estabelecerá para desenvolver as competências e habilidades propostas pela BNCC. A BNCC, portanto, não é um currículo em si, mas

parte dele, ou seja, a sua finalidade é orientar a construção dos referenciais curriculares e dos projetos político-pedagógicos das escolas, à medida que estabelece as competências e habilidades que serão desenvolvidas pelos alunos ano a ano (BRASIL, 2017).

Esse processo também estará inter-relacionado às políticas públicas que envolveram a adaptação de materiais didáticos, bem como os processos de avaliação da Educação Básica. Para que tais ações se efetivem, está previsto um período de dois anos até a implantação do documento nas redes educacionais do país. De acordo com os recentes documentos que foram elaborados com o objetivo de orientar o trabalho em sala de aula, a Base leva em conta que os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de ideias fundamentais que produzem articulações entre eles: equivalência, ordem, proporcionalidade, interdependência, representação, variação e aproximação. (FIGURA 4). Essas ideias fundamentais são importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos alunos e devem se converter, na escola, em objetos de conhecimento (BRASIL, 2017, p. 224)

**Figura 4.** Período de Implantação ações para consolidação da BNCC.



**Fonte:** BRASIL (2017)

Entre as principais mudanças curriculares trazidas pela BNCC está a distribuição, ao longo da Educação Básica, dos conhecimentos das diferentes áreas

da Ciência, como Física, Química, Biologia e outras. A formalização dos conhecimentos de Física e de Química, usualmente concentrados no 9º ano dos livros didáticos, passa a ser distribuída ao longo de todo o Ensino Fundamental, estando presente numa progressão gradual e contínua desde o 1º ano até o 9º ano, instrumentando os alunos para a investigação científica. O mesmo é proposto para os assuntos relacionados ao corpo humano, fornecendo bases científicas para os estudantes cuidarem da saúde individual, coletiva e ambiental (HOFLING, 2001)

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação (BRASIL, 2014).

São essas decisões que vão adequar as proposições da BNCC à realidade local, considerando a autonomia dos sistemas ou das redes de ensino e das instituições escolares, como também o contexto e as características dos alunos. Essas decisões, que resultam de um processo de envolvimento e participação das famílias e da comunidade, referem-se, entre outras ações.

Cabe ao educador procurar abrir espaços fechados pela BNCC. Nela o ensino de literatura é voltado prioritariamente para a fruição estética e, mesmo quando sugere a dimensão social, sempre aponta para a compreensão do outro. A literatura precisa ser compreendida como forma de conhecimento sobre o mundo, não apenas fruição estética, mas também como forma de saber. O texto literário também pode ser lido como um repositório de informações históricas, sociais, políticas e econômicas. Não apenas de outros tempos e outros lugares, mas principalmente do tempo presente. O texto literário pode ser lido pelos alunos em sua articulação com a História e até com sua própria história de vida.



#### **4 O SENTIDO DE PLANEJAMENTO DA ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA EJA**

O sentido de que ensinar são referentes característicos das tarefas diárias do professor que prefigura suas ações na sala de aula. Ser capaz de encontrar respostas para essas questões constitui uma das capacidades a serem desenvolvidas pelo futuro professor em seu processo de treinamento, inicial e permanente. (BRANDÃO, 2017).

Nos currículos de formação de professores de ensino fundamental, de acordo com os relatórios nacionais da BNCC, além dos conteúdos disciplinares, são incluídos outros conteúdos didáticos e pedagógicos, tanto gerais como específicos, e treinamento para a prática, a fim de desenvolver as competências gerais e específicas da aprendizagem. No entanto, a concepção e a administração curricular em muitos casos interferem na realização desses propósitos, como no caso da Venezuela, onde há evidências de uma separação do currículo em três componentes disjuntos: prática especializada, pedagógica e profissional, que afeta uma formação fragmentada e desconectado com a prática real.

Isso leva a pensar sobre a conveniência de dar uma volta a esta situação de aprendizagem do programa EJA e colocar no centro do formação de professores a reflexão sobre o conteúdo que é objeto de ensino e aprendizagem nos níveis educacionais correspondentes e no conhecimento conceitual, processual e atitudinal para o seu ensino adequado, que compreende, neste mundo, três momentos da ação didática: planejamento, gerenciamento e avaliação, e dentro do planejamento, os estágios de: seleção e sequenciamento de conteúdo, a análise dos aspectos cognitivos inerentes à aprendizagem de alunos, design de tarefas, experiências em sala de aula e a escolha de estratégias e recursos didáticos baseados na conquista da aprendizagem e no desenvolvimento de habilidades que dão forma às competências esperadas (ZABALA, 2018).

O conhecimento deve ser visto como instrumento de cooperação, criatividade e criticidade estimula a liberdade e a coragem para transformar, sendo que o aprendiz se torna no sujeito ator como protagonista da sua aprendizagem do programa EJA. O professor exerce a sua habilidade de mediador das construções de aprendizagem. Mediar e intervir para promover mudanças. A participação do professor, por inteiro, (corpo, organismo, inteligência e desejo) nessa relação, na

sala de aula, no processo ensino-aprendizagem demanda a participação dos alunos também por inteiro.

Todas as ações apontam para o aluno que é o agente principal e responsável pela aprendizagem. Com isto, o professor se preocupa com que o aluno precisa aprender para se formar como cidadão, como o aluno aprenderá melhor que técnicas favorecem a aprendizagem do aluno e como será feita a avaliação visando o incentivo constante ao seu aprendizado do programa EJA.

No processo de ensino–aprendizagem do programa EJA o aluno é o sujeito e o construtor do processo, toda aprendizagem precisa ser embasada em um bom relacionamento entre os elementos que participam do processo, ou seja, aluno, professor, colegas de turma: diálogo, colaboração, participação, trabalhos e jogos em conjunto ou em grupos, garantindo o respeito mútuo.

Conforme Coêlho (2019, p. 87):

A forma como se der a integração desses elementos professor, aluno e planejamento revelará por exemplo a concepção que o professor tem de aprendizagem e do processo de ensino aprendizagem; de seu papel nele, do papel que cabe ao aluno de sua visão de mundo e da sociedade contemporânea, de sua competência pedagógica e política.

Cada sujeito apresenta sua modalidade de aprendizagem, assim como as dificuldades individuais, que estão relacionadas aos meios, condições e limites para conhecer. Cada ser humano é uma criação única, possuem uma série de talentos, capacidades e maneiras de aprender. O domínio do ensino adquire importância enquanto instrumento de comunicação e expressão de ideias, pensamentos, sentimentos, bem como de acesso às informações, construção de visões de mundo e produção de conhecimento.

O desenvolvimento e finalidades educativas do programa EJA, segundo Fonseca (2015) precisa levar em conta as necessidades dos Jovens e Adultos, e os incentivos que são eficazes para colocá-las em ação. O seu avanço está ligado a uma mudança nas motivações e incentivos, por exemplo: aquilo que é de interesse para um bebê não o é para uma criança um pouco maior. A educação segue as transformações do dia a dia, durante muito tempo e a forma em que se apresenta e evolui a cada dia.

Durante muito tempo o espaço da Educação de Jovens e Adultos será visto apenas como um espaço de recreação e cuidado com os alunos, não sendo

perceptivo que uma preocupação com o processo da aquisição da escrita. Quando falamos de educação devemos lembrar que ela pressupõe um movimento de dentro para fora, mais precisamente no gênero humano. Daí a necessidade de investimentos nas nossas potencialidades internas (COÊLHO, 2019).

As escolas são vistas nos dias de hoje como um local onde os Jovens e Adultos sairão alfabetizados. Elas assumem um papel na sociedade de modo que o processo de alfabetização vai além do simples aprender a ler. É importante que se tenha ciência da aprendizagem no seu dia a dia e os Jovens e Adultos agem de forma reflexiva dependendo de como o processo acontece. O processo de aprender é algo prazeroso e surpreendente, pois cada sujeito contribui de sua maneira e forma no processo de aprendizagem do outro (LIBÂNEO, 2018).

Observa-se no campo da reforma do ensino EJA o objetivo geral que vem orientando as diretrizes curriculares dos cursos superiores é, justamente, tornar a estrutura dos cursos de graduação mais flexível. A nova organização proposta para os cursos de graduação está em consonância com a lógica do mercado que direciona o projeto educacional neoliberal. Neste cenário, as alterações preconizadas pela reforma educacional no Brasil redirecionam o papel da educação e da escola e, conseqüentemente, aliam a formação e a qualificação como elementos fundamentais ao processo de competitividade resultando, assim, em ações político-pedagógicas no âmbito dos currículos da educação formal e não-formal (LIBÂNEO, 2018).

Pelo exposto, não se pode perder de vista que a reforma educacional brasileira está inserida no processo de construção da hegemonia política do projeto neoliberal nos Estados periféricos do sistema capitalista. As reformas de fato implementam um projeto de sociedade. A política educacional é, assim, expressão de um projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso em cada momento histórico ou em cada conjuntura (ZABALA, 2018)

Tal projeto societário, por sua vez, é construído pelas forças sociais que têm poder de expressão e decisão, e fazem chegar ao Estado (e ao governo) seus interesses e necessidades, procurando influenciar na formulação e implementação das políticas ou planos de ação. Resulta, portanto, da correlação de forças sociais existentes em determinado contexto histórico (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2015).

Na intenção de observar os dados e estatísticos referentes aos programas da secretaria de educação dos municípios brasileiros, usamos como fonte de pesquisa a página do Ministério da Educação e Cultura e Desporto da multiplicidade de informações contidas com ênfase no PAR (Plano de Ações Articuladas), foram retiradas as informações pertinentes ao projeto. Municiada desses dados e refletindo sob a ótica dos autores supracitados, a pesquisa denota que a reforma do Estado sofrida para se formatar ao modelo de economia neoliberal, teve consequências imediatas nas políticas públicas de educação (MACIEL, 2018).

A postulação de uma formação continuada apresenta questões a serem discutidas, de forma mais específica; a política de formação de professores numa sociedade cujo modo de produção capitalista norteiam suas ações com vistas a interesses que atendam às suas demandas de mercado e prima pelo indivíduo ante ao coletivo, o capital em detrimento do trabalho.

Identificou, ainda, que a política de formação continuada de professores implementada pelo governo federal se insere num contexto de reformas que delineiam o próprio Estado amoldando-o a uma reforma econômica de reformulação do capitalismo chamada política econômica neoliberal assinala Neves e Fernandes (2017, p. 812):

A reforma do Estado brasileiro na década de 1990 pode ser considerada um marco na inserção nacional da ideologia neoliberal no país. As políticas neoliberais foram amplamente difundidas na América Latina a partir da década de 1980. No Brasil, o neoliberalismo foi adotado a partir do governo do presidente Fernando Collor de Mello, tendo como marco de implementação os anos de 1990.

O PDE não se configura como um Plano de Educação propriamente dito. É, antes, um programa de ação. Em sentido positivo Trata-se da preocupação em atacar o problema qualitativo da educação básica brasileira, o que se revela em três programas lançados no dia 24 de abril: o “Índice de Desenvolvimento da Educação Básica” (IDEB), o “Provinha Brasil” e o “Piso do Magistério” O que confere caráter diferenciado ao IDEB é a tentativa de agir sobre o problema da qualidade do ensino ministrado nas escolas de educação básica, buscando resolvê-lo.

## CONCLUSÃO

Os Jovens e Adultos aprendem com mais facilidade quando são dadas atividades significativas e que as envolvam em práticas do seu dia a dia, tornando-as integrantes do seu próprio processo de ensino e aprendizagem. Portanto é importante trabalhar com atividades que estejam relacionadas a realidade de cada indivíduo.

O Brasil apresenta de forma agravada algumas características próprias de países em desenvolvimento, entre os quais uma enorme desigualdade na distribuição de renda e imensas deficiências no sistema educacional. O problema atual do ensino brasileiro não se situa apenas em termos de acesso, mas, sobretudo quanto à fatores extraescolares que dificultam a permanência na escola, principalmente no ensino da EJA.

A procrastinação no desenvolvimento escolar ainda ocupa, atualmente, espaço relevante no cenário das políticas públicas e da educação em geral. Em face disso, as discussões acerca dessa problemática, têm tomado como ponto central de debate o papel, tanto da família, quanto da escola relacionado à situação acadêmica do educando. No que concerne à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado, no dever de orientar o educando em seu percurso sócio educacional, sem esquecer que em sua grande maioria o público desta modalidade de ensino são mães, pais, avós e avôs.

Todo estudante é capaz de autorregular sua aprendizagem, ou seja, monitorar, regular e controlar sua cognição, motivação e comportamento tendo em vista seus objetivos. Contudo, alguns procrastinam tarefas acadêmicas, podendo prejudicar a aprendizagem e o desempenho. A procrastinação se caracteriza pelo adiamento não estratégico de ações, decorrente da disfuncionalidade no processo de autorregulação

A EJA é uma modalidade de ensino em que o sujeito que frequenta possui conhecimentos obtidos pela sua experiência de vida e os professores devem estimular incluindo os conhecimentos adquiridos pelos mesmos, juntamente com os conteúdos passados na sala de aula, acredito que seja preciso levar os jovens a refletirem sobre sua própria realidade e as possibilidades de vida na sociedade capitalista.

A educação contribui para o desenvolvimento dos Jovens e Adultos na qual essa participação promove a criatividade e a interação. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente, o professor e o coautor do processo de aprendizagem dos alunos da EJA, e por isso que o conhecimento é construído e reconstruído continuamente, sendo importante a participação do professor de forma inteira, através do corpo, do organismo, da inteligência.

No estudo também tivemos com resultado que se precisa também atentar para o fato de que uma escola bem estruturada, com uma gestão democrática preocupada com o desempenho de todos que dela fazem parte, com uma boa estrutura física, estimula a todos ajudando assim, na permanência de sua equipe e, é claro de seus alunado. Além disso, vale ressaltar a valorização do professor, que é peça chave no processo de ensino/ aprendizagem, pois um professor com salário digno e condições de acesso a formações continuadas desenvolverá, sem dúvidas, um trabalho mais prazeroso e qualitativo.

O conhecimento se constrói por sujeitos situados social, cultural, histórica e linguisticamente, por isso, ele é um processo dinâmico e dialético. Neste contexto, o ato de aprender pressupõe desenvolver as capacidades de analisar, interpretar e relacionar as informações recebidas e assumir posições críticas, sendo a aprendizagem o processo por meio do qual o indivíduo se apropria do conteúdo e da experiência humana.

As causas apontadas acima são concorrentes e não exclusivas, ou seja, o abandono escolar verifica-se em razão do somatório de vários e diferentes fatores e não, necessariamente, de um especificamente. Detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola

A partir do referencial teórico foi possível conhecer melhor a EJA, os avanços ocorridos ao longo do tempo, as leis que embasam a modalidade, e trazendo isto para a prática, através da pesquisa de campo, onde nota-se que apesar de todos os avanços a EJA ainda não tem recebido a devida atenção por parte das políticas de Estado, pois ainda persiste nesta modalidade um dilema, que não é exclusivo dela, que é a evasão, ocorrida por vários motivos, como os apontados pelos alunos e coordenação: falta de pessoal para atender aos alunos, ausência de lanche, cansaço do trabalho, falta de profissionais qualificados para a área, dentre outros.

Mediante o exposto na pesquisa podemos afirmar que algumas propostas que podem ajudar o acesso e permanência dos alunos de EJA na escola são: reforçar

policiamento nos períodos de aula, fornecer lanche/Janta aos alunos, visto que muitos vão à escola direta do trabalho, garantir o acesso aos materiais didáticos, assistência estudantil financeira, médica e psicopedagógica, formação específica para professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos e as dinâmicas das aulas.

A procrastinação no desenvolvimento na EJA é um problema que já existe há certo tempo e que apesar de ser de conhecimento, as autoridades envolvidas com a educação, ainda não houve uma sensibilidade no sentido de planejar metas para trabalhar dentro do ambiente escolar, com o envolvimento e participação de toda comunidade escolar, com um único propósito, tentar reverter o quadro preocupante de evasão escolar na EJA, pois essa questão afasta da sala da sala de aula, pessoas desprovidas da oportunidade de estudar no tempo certo, são jovens e adultos com sonhos e perspectivas de um futuro, onde possam conquistar na sociedade um espaço digno

Conclui-se que deve existir para que aconteça essa mudança de olhar, é entender que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos não é a alfabetização, mas a construção de conceitos e o desenvolvimento de habilidades, sendo o movimento um dos principais meios para o processo de ensino aprendizagem na EJA.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os sujeitos educandos na EJA**, p.2, 2016.

DALBEN, Ângela, DINIZ, Júlio, LEAL, Leiva, SANTOS, Lucíola. **Coleção Didática e Práticas de Ensino**, Belo Horizonte, autêntica, p.52, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p.31, 1996.

GOMES, Andressa Cardoso. **Os significados que os alunos da EJA têm em relação à instituição escolar**. Interagir: Pensando a Extensão, p.17, 2016.

NEGREIROS, Fauston, SILVA, Caroline Fernanda da Costa, SOUSA, Yamia Larisse Gomes de, SANTOS, Layane Bastos dos, 2017. **Análise psicossocial do fracasso escolar na Educação de Jovens e Adultos**, Juiz de Fora, Psicologia em pesquisa, vol 11. n 1, 2017.

BRANDÃO. Maísa Gomes. **Relação professor aluno**. Maceió: UFAL, 2017.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Filosofia, educação, cultura e formação: uma introdução**. In: \_\_\_\_ (Org.). Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2019, p. 15-27.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2018.

FONSECA, Lígia Márcia. DUARTE, Newton. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

HADDAD, Fernando. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília –DF, 2018

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cadernos Cedes*, ano XXI, n° 55, p. 30-41, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; FREITAS, Raquel A. Marra da Madeira. **Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar**. 1° ed. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. P.44-88.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura e NETO, Alexandre Shigunov. **As políticas neoliberais e a formação de professores: propostas de formação simplistas e aligeiradas em épocas de transformação**. In: MACIEL, Lizete Shizue Bomura e NETO, Alexandre Shigunov (org.) **Formação de Professores: passado, presente e futuro**. São Paulo: Cortez, 2018.



- NEVES, Lucia Maria W.; e FERNANDES, Romildo Raposo. **Política Neoliberal e Educação Superior**. In Neves, Lucia. Maria.W. O empresariamento da educação. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. SP: Xamã, 2017.
- SILVA, N. N. **Juventude, EJA e Relações Raciais**: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- ZABALA, Antoni. **A prática e finalidades educativas: como ensinar**. Porto Alegre: Penso, 2018.